



PLANO MUNICIPAL DE ASSSITÊNCIA SOCIAL
2022 a 2025

1 - IDENTIFICAÇÃO

Município: Rolândia - PR

Porte Populacional: 71.670 habitantes (Fonte: Censo 2022/IBGE)

Responsáveis pela elaboração:

Nome	Formação	Profissão	Função/cargo	Vínculo	Representação (CRAS, CREAS, CMAS, Usuários, Entidades)
Carla Patrícia Mastelini	Superior	Assistente Social	Vigilância Socioassistencial	Estatutário	Órgão Gestor
Fernanda C. Buranello de Almeida	Superior	Assistente Social	Diretora de Proteção Social Especial	Estatutário	Órgão Gestor
Michele da Silva Pereira	Superior	Assistente Social	Secretária de Assistência Social	Estatutário	Órgão Gestor
Patrícia P. Zorzetti	Superior	Assistente Social	Diretora de Gestão do SUAS	Estatutário	Órgão Gestor

Prefeitura Municipal

Nome do(a) Prefeito(a): Ailton Aparecido Maistro

Mandato do Prefeito(a): Início - 01/01/2021, término - 31/12/2024

Endereço da Prefeitura:

Av. Presidente Bernardes, 809 – Centro.

CEP: 86600-67 Telefone: (43) 3255-8600;

E-mail: secretariageral@rolandia.pr.gov.br;

Site: rolandia.pr.gov.br

Órgão Gestor da Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Número da Lei de criação do Órgão: 3250/2007

Data criação: 27/08/2007

Responsável: Michele da Silva Pereira

Ato de nomeação do (a) gestor (a): Decreto nº 5.528/2022

Data nomeação: 04/10/2022

Endereço do Órgão gestor: Av. dos Expedicionários, 291



Edifício Banco do Brasil – 3º andar - Centro CEP: 86600-091
Telefone/whatsapp: (43) 3906-1139
E-mail: assistenciasocial@rolandia.pr.gov.br

Fundo Municipal de Assistência Social

Número da Lei de Criação: 2.469/1995. Alterada pela Lei 2.981/2003

Data criação: 02/05/2003

Número do Decreto que regulamenta o Fundo: 3544/2003

Data: 24/07/2003

CNPJ: 18.352.180/0001-36

Nome do Ordenador(a) das Despesas do FMAS:

Prefeito: Ailton Aparecido Maistro

Conselho Municipal de Assistência Social

Número da Lei de Criação: 2.469/1995. Alterada pela Lei 2.981/2003

Data criação: 02/05/2003

Endereço CMAS: Av: dos Expedicionários, 291 - Edifício Banco do Brasil – 3º andar -
Centro CEP: 86600-091; Telefone: (43) 3906-1115; e-mail:
conselhos@rolandia.pr.gov.br

MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/2022

Presidente: Irmã Elizabeth Mendes

Vice Presidente: Ubiratã Ferrari de Lima

1ª Secretária: Fabiany Cogo

2ª Secretaria: Débora Naja S. Coelho

Secretária Executiva dos Conselhos: Fernanda Cotarelli Buranello

Número total de membros: 40

GOVERNAMENTAL	NOME DO CONSELHEIRO	REPRESENTATIVIDADE	TITULARIDADE	INÍCIO E TÉRMINO DO MANDATO
	Fabiany Cogo	Secretaria Municipal de Assistência Social	Titular	13/06/2022 13/06/2026
	Alessandra Ap ^a Figueiredo dos Santos	Secretaria Municipal de Assistência Social	Titular	13/06/2022 13/06/2026
	Patrícia Zorzetti Mantovani	Secretaria Municipal de Assistência Social	Titular	13/06/2022 13/06/2026
	Adriana Costa	Secretaria Municipal de Assistência Social	Titular	13/06/2022 13/06/2026
	Cássia C. Puzzi	Secretaria de Finanças	Titular	13/06/2022 13/06/2026



	Marcos Afonso	Secretaria de Infraestrutura	Titular	13/06/2022 13/06/2026
	Ubiratã F. de Lima	Secretaria de Esportes	Titular	13/06/2022 13/06/2026
	Lucimara Melin	Secretaria de Educação	Titular	06/02/2023 13/06/2026
	Adriana Ap ^a Silva de Moraes	Secretaria de Educação	Titular	06/02/2023 13/06/2026
	Angela Misae Lisuka	Secretaria de Saúde	Titular	13/02/2023 13/06/2026
	Adriane Costa Pires de Azevedo	Secretaria de Assistência Social	Suplente	13/06/2022 13/06/2026
	Vivianne Vernillo dos Santos	Secretaria de Assistência Social	Suplente	13/06/2022 13/06/2026
	Claudia Pinto Liberatti	Secretaria de Assistência Social	Suplente	13/06/2022 13/06/2026
	Michele da Silva Pereira	Secretaria de Assistência Social	Suplente	13/06/2022 13/06/2026
	Priscila da Silva Ignácio	Secretaria de Saúde	Suplente	13/06/2022 13/06/2026
	Mariana Vieira	Secretaria de Finanças	Suplente	13/06/2022 13/06/2026
	Romildo Ap. da Silva	Secretaria de Infraestrutura	Suplente	13/06/2022 13/06/2026
	José Ricardo de Moraes	Secretaria de Esportes	Suplente	13/06/2022 13/06/2026
	Loreane Stefanon	Secretaria de Educação	Suplente	06/02/2023 13/06/2026
	Natalia Braggion Rossi	Secretaria de Educação	Suplente	06/02/2023 13/06/2026

NÃO GOVERNAMENTAL	NOME DO CONSELHEIRO	REPRESENTATIVIDADE	TITULARIDADE	INÍCIO E TÉRMINO DO MANDATO
	Antonia Celia Grega	Usuários do Serviço	Titular	17/12/2021 17/12/2023
	Valdiva da Silva Santos	Usuários do Serviço	Titular	17/12/2021 17/12/2023
	Alessandra M ^a Gonçalves Campaner	Usuários do Serviço	Titular	17/12/2021 17/12/2023
	Mariana Simões Picinin	Usuários do Serviço	Titular	17/12/2021 17/12/2023
	Lorena de Araújo Moreira Soares	Usuários do Serviço	Titular	17/12/2021 17/12/2023



	Daniele de Silvio Caon	Trabalhador do Setor	Titular	17/12/2021 17/12/2023
	Anderson da Silva Cidade	Trabalhador do Setor	Titular	17/12/2021 17/12/2023
	Elisangela Brum Matama	Prestadores de Serviço	Titular	17/12/2021 17/12/2023
	Carla Andressa S. Leite	Prestadores de Serviço	Titular	17/12/2021 17/12/2023
	Irmã Elizabeth Mendes	Prestadores de Serviço	Titular	17/12/2021 17/12/2023
	Alessandra de Souza Silva	Usuários do serviço	Suplente	17/12/2021 17/12/2023
	Sebastião Martinho	Usuários do serviço	Suplente	17/12/2021 17/12/2023
	Angela Aparecida Feitosa	Usuários do serviço	Suplente	17/12/2021 17/12/2023
	Vanessa Aparecida Dias	Usuários do serviço	Suplente	17/12/2021 17/12/2023
	José Fortunato dos Santos	Usuários do serviço	Suplente	17/12/2021 17/12/2023
	Ana Flávia Conte Damasceno Farina	Trabalhador do setor	Suplente	17/12/2021 17/12/2023
	Ângela Maria Bartmeyer	Trabalhador do setor	Suplente	17/12/2021 17/12/2023
	Luciana Aparecida Dias	Prestador de serviço	Suplente	17/12/2021 17/12/2023
	Satyrio Storbem Filho	Prestador de serviço	Suplente	17/12/2021 17/12/2023
	Débora Naja S. Coelho	Prestador de serviço	Suplente	17/12/2021 17/12/2023

2 – INTRODUÇÃO

Este Plano, enquanto instrumento de planejamento da gestão das ações socioassistenciais da Política Pública de Assistência Social, traz luz a importância de se conhecer o processo de execução do Sistema Único de Assistência Social municipal. Vislumbra seus recortes no processo orçamentário e financeiro que condicionam a operacionalização via fundos municipais, na obtenção dos resultados desejados, visando o atendimento à população demandatária da assistência social, através dos equipamentos sociais: CRAS – Centro de Referência da Assistência Social; CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social; CCI – Centro de Convivência da Pessoa Idosa e Casa Abrigo, acolhimento institucional.

Na intenção de analisar o contexto atual da Política Pública de Assistência, este documento permitirá o desvelamento dos seguintes pontos: Análise do Diagnóstico Socioterritorial de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social existentes no Município de Rolândia- PR e seu desdobramento durante o período de



execução deste Plano, a fim de reconhecer e identificar o perfil da população e o levantamento de dados da realidade.

Tal iniciativa contribuirá para o esclarecimento acerca de fatores que possam permear sobre a questão primordial deste Plano - Apresentação das Diretrizes e Prioridades essenciais para a continuidade da execução das ações que envolvam a Assistência Social numa perspectiva inovadora, na tentativa de modificar a realidade atual, contribuindo para o aprimoramento da gestão, impactando positivamente no avanço e consolidação da Política de Assistência Social do Município; Estruturação de Metas e Ações que demonstrem quantitativamente o cenário atual das demandas assistidas e reprimidas com vistas à busca de estratégias para a resolução de problemáticas enfrentadas nos níveis de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

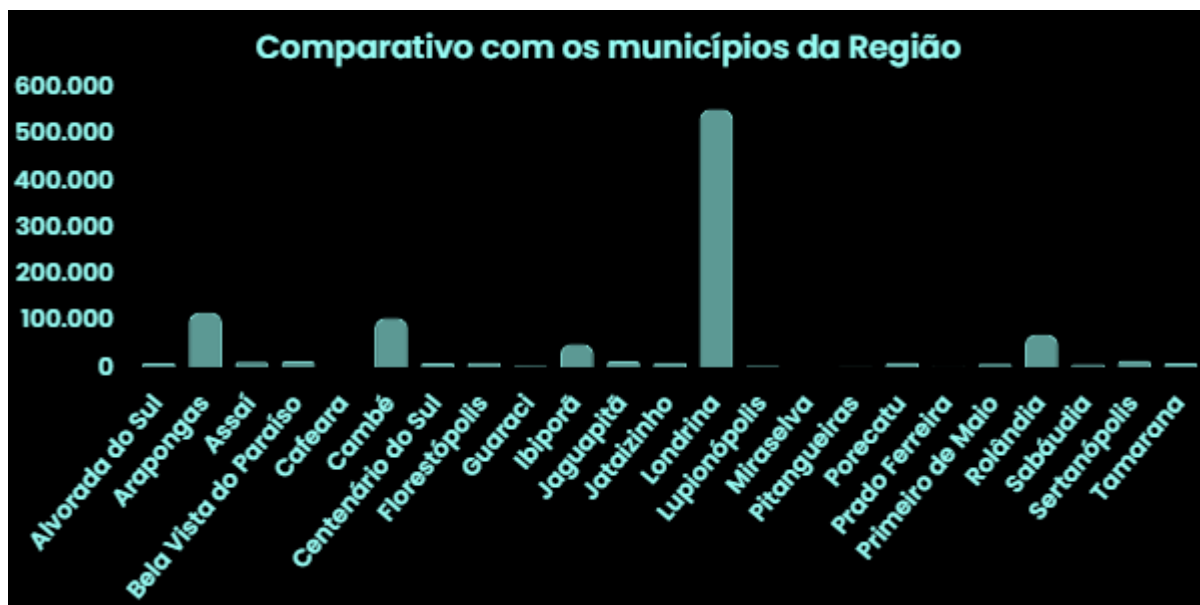
Nessa direção seguirão os mecanismos e Fontes de financiamento no trato dos Programas, Projetos e Serviços afetos a área que possibilitarão a efetivação do planejamento em questão.

3 – DIAGNÓSTICO SOCIAL

Ao reportar considerações a respeito da Política Pública da Assistência Social, a priori faz-se relevante considerar os contextos socioeconômico e político, a estrutura político-administrativa e as formas de organização da sociedade civil de um Município. Seguindo esse raciocínio, faz-se interessante também estabelecer mecanismos que venham responder as indagações relacionadas às questões sociais.

O Município de Rolândia possui atualmente 71.670 habitantes (Censo IBGE/2022).

Abaixo gráfico comparativo em relação a população das cidades da região:



(fonte: IBGE)



A base econômica do Município historicamente era a agricultura, prevalecia a cultura do soja, milho, trigo, cana-de-açúcar e laranja. Rolândia possuía uma pecuária estruturada e um setor industrial em desenvolvimento com vocação agroindustrial. O perfil sócio-econômico apresentava ramos de atividades que destacavam-se na indústria de produtos alimentícios, couro, pele animal e similares, mobiliário e têxteis.

Em tempos atuais, considera-se que Rolândia é um município de grande relevância na região que se destaca pelo elevado potencial de consumo e pelo alto crescimento econômico. Por outro lado, o pequeno número de novas oportunidades claras de negócios é um fator de atenção. No ano de 2023, o município acumula mais admissões que demissões, com um saldo de 994 funcionários, onde destacam-se positivamente o abate e a fabricação de produtos de carne (905), o curtimento e outras preparações de couro (278) e a fabricação de produtos alimentícios (150). Além disso, houve incremento de 142 novas empresas na cidade. De janeiro a junho de 2023, foram registradas 7,2 mil admissões formais e 6,2 mil desligamentos, resultando em um saldo positivo de 994 novos trabalhadores. Este desempenho é superior ao do ano passado, quando o saldo foi de 652. Na região metropolitana de Londrina este é o 2º melhor desempenho em termos absolutos. Considerando a geração de vagas pelo tamanho da população, a cidade é a 3º que mais cresce.

É o 4º município mais populoso da região, com 71,7 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 3,1 bilhões de reais, sendo que 45,2% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da indústria (34%), da administração pública (12,4%) e da agropecuária (8,4%).

Com esta estrutura, o PIB per capita de Rolândia é de R\$ 45,8 mil, valor superior à média do estado (R\$ 42,4 mil). Entre 2006 a 2020, o crescimento do PIB municipal apresentou o 4º melhor desempenho da região intermediária.

Trinta anos atrás, a população do município era de 43,8 mil habitantes, o que representa um crescimento de 55,7% no período. Este desempenho é o 3º da região. Já nos últimos 5 anos, o número de habitantes total da cidade cresceu em 6,5%.

O município possui 22,4 mil empregos com carteira assinada, a ocupação predominante destes trabalhadores é a de alimentador de linha de produção (2954), seguido de abatedor (743) e de retalhador de carne (736). A remuneração média dos trabalhadores formais do município é de R\$ 2,6 mil, valor abaixo da média do estado, de R\$ 3,1 mil.

A concentração de renda entre as classes econômicas em Rolândia pode ser considerada alta e é relativamente superior à média estadual. As faixas de menor poder aquisitivo (E e D) participam com 64,4% do total de remunerações da cidade, enquanto que as classes mais altas representam 6,4%. Do total de trabalhadores, as três atividades que mais empregam são: abate de aves (5884), administração pública em geral (1598) e curtimento e preparações de couro (1302). Entre os setores característicos da cidade, também se destacam as atividades de abate de aves e torrefação e moagem de café. (fonte: Caravela Dados e Estatísticas, acesso em agosto/2023)

O Município possui rede de abastecimento de água que, segundo a empresa pública Sanepar, abrange 99,98% das residências do Município. Apresenta 48.9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado. A



empresa promove controle de qualidade de água consumida, sendo realizado análises bacteriológicas e físico-química constantes.

Em 2001, Rolândia implantou a fase da coleta e seleção de lixo e ainda hoje, continua conscientizando a população, em parcerias com a Secretaria de Saúde, Meio Ambiente e Infra- Estrutura. A coleta de lixo doméstico (orgânico e rejeito) era depositado no aterro sanitário que localiza-se na Zona Rural do Município, aproximadamente 06 Km da cidade. Na coleta do lixo seco, recicláveis. Desde 2021 a empresa Sanetran (empresa terceirizada da Prefeitura) realiza o recolhimento de lixo, dividindo o município em 14 regiões, sendo 12 setores na area urbana e 2 nos Distritos (Bartira e são Martinho).

Considerando os aspectos gerais mencionados, faz-se importante mencionar a questão da pobreza no Município, ou seja, dos bairros existentes, há uma região onde localizam-se conjuntos habitacionais populares, onde alguns foram construídos em sistema de mutirão que concentram índice de pobreza. O conjunto que compreende o maior número de pessoas, neste sistema, atualmente oferece melhores condições de vida àquela comunidade, com infra-estrutura, asfalto, comércio, porém, o índice de violência, tráfico de drogas se faz presente. Neste bairro, concentrava-se número elevado de subhabitações com grande número de pessoas socialmente vulneráveis, com baixa escolaridade e renda per capta em torno de 1/2 salário mínimo.

O Município reverteu esta situação, ou seja, as 173 famílias moradoras de um dos bairros que são caracterizados como bolsões periféricos, foram conduzidas para um novo bairro próximo à localidade. Tal iniciativa deve-se a comunhão de esforços tanto do poder público quanto da sociedade civil organizada, que nos últimos trinta anos de LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e através do CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) possibilitou que esta realidade fosse modificada, tendo em vista que cabe ao Município, enquanto Ente Federativo ter a responsabilidade de garantir e executar assuntos relacionados a sua terrioriedade, tanto no aspecto político-administrativo quanto financeiro, notadamente àqueles que dizem respeito à Assistência Social, porque "o território é um dos fatores de reprodução de pobreza e deve ser critério na escolha dos alvos das políticas sociais. Há pontos, onde o investimento deve ser maciço para ter efeito, mesmo que isso custe deixar fora momentaneamente, potenciais beneficiários em outras áreas (MARQUES, 2004, P. 8).

O Município de Rolândia apresenta alguns focos de vulnerabilidade em parte de sua extensão territorial. Eles estão localizados em bairros periféricos, bem como, em Regiões onde o índice oficial não se mostra relevante.

Perante essa realidade, é possível verificar abaixo os dados de renda da população socialmente vulnerável de acordo com as famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal:

	Até 1 S.M	Entre 1 e 2 S.M..	Entre 2 e 3 S.M.	Acima de 3 S.M.
PR Rolândia	66,71%	25,94%	5,55%	1,80%

(Fonte: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php)



Já, a renda média dos trabalhadores formais do município apresenta a seguinte configuração:

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	2,3 salários mínimos
Pessoal ocupado [2021]	25.893 pessoas
População ocupada [2020]	39,5 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	28,1 %

(<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/rolandia/panorama>)

Um exemplo para ilustrar esses conjuntos populares encontra-se o loteamento urbano que fica localizado na Região do Município de Rolândia e que foi inaugurado em 05/12/1996. Trata-se de um loteamento cujos terrenos foram adquiridos pelos moradores os quais construíram residências de diversos padrões, predominantemente em alvenaria de padrão popular (média de 04 cômodos) que proporcionam boas condições de moradia.

A infra-estrutura do local é adequada, contando com abastecimento de água, iluminação pública, pavimentação, coleta de lixo periódica e transporte coletivo regular, faltando ainda a implementação de esgoto sanitário.

Tal loteamento pertence ao território de abrangência do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Regina Maura de Oliveira popularmente conhecido como San Fernando. E de acordo com as informações coletadas neste local tal território possui um alto índice de vulnerabilidade social e apresenta situações de violência provocadas por envolvimento da população, sobretudo, da população adolescente e jovem do local, com o uso e o tráfico de entorpecentes.

Nesta região encontra-se uma Rede de Serviços ainda em desenvolvimento. A região conta com 2 escolas públicas municipais que ofertavam em (2021) 840 vagas para alunos da educação infantil ao quinto ano do ensino fundamental; um Centro Municipal de Educação Infantil com capacidade máxima para 85 crianças de 0 a 5 anos de idade os quais se subdividem nas turmas de berçário, maternal e infantil 1,2 e 3; uma Unidade Básica de Saúde em funcionamento, que oferta serviços de vacinas, atendimentos médicos, grupos de pacientes com patologias específicas para orientações sobre prevenção, cuidados, tratamento e pesagem, exigência do Programa Bolsa Família. O CRAS, embora fique instalado num bairro vizinho, atende também os moradores desse loteamento.

Em 2012 o governo municipal em parceria com o Ministério das Cidades, via instituições financeiras, possibilitou o desenvolvimento de 06 novos empreendimentos do Programa “Minha Casa Minha Vida”, disponibilizados nos vários locais do Município, possibilitando ao público da faixa 1 de renda (habitação de interesse social) o acesso a moradia, onde também serão



instalados equipamentos sociais necessários ao atendimento da comunidade local.

Segundo Raichelis (1998), os Serviços oferecidos pela Assistência Social são destinados àqueles que geralmente estão fora do mercado de trabalho, reconhecidos pela carência e ausência do básico para a sobrevivência.

Seguindo as orientações de instâncias superiores, em 2006 o Órgão Gestor da Política Pública de Assistência Social conduziu seus esforços na implantação, a princípio, de um Centro de Referência da Assistência Social - CRAS realizando conjuntamente, com as demais Políticas Públicas envolvidas direta ou indiretamente na recondução desse novo modelo e entendimento do Sistema, o mapeamento e diagnóstico atualizado da Assistência Social, com vistas a detectar a realidade local dos destinatários, possíveis focos de pobreza instalados em torno da territorialização municipal e perfil da população demandatária que justifiquem a implantação do CRAS por extensão territorial, tanto no setor urbano quanto rural.

Em reportagem do jornal Folha de São Paulo, o sociólogo Eduardo Marques (2004, p. 8) alerta sobre a importância dos "contatos", dizendo que a separação muito intensa de grupos igualmente pobres, favorece a quebra desses contatos, sendo estes responsáveis pela troca de valores culturais e sociais que implicam nos modos de vida e na intensidade das relações sociais. Portanto, o território torna-se um dos elementos constitutivos e importantes para o entendimento da pobreza. Para esse sociólogo, a lógica das Políticas Sociais e de renda está no território, porque se consegue combater a reprodução da pobreza, investindo, concentrando recursos de forma eficiente, justamente nos locais mais pobres.

A defesa do sociólogo referido, remete-nos a elucidar que o estudo acerca da territorialidade em Políticas Sociais não deve ser entendido de forma estanque, pois a mesma está inserida no contexto de reformas estruturais também na economia, na qual o processo de descentralização fiscal se faz presente. Este processo decorre, segundo Afonso e Lobo [2000?], da participação crescente dos níveis de governo, na geração e alocação de Recursos Públicos e principalmente na tomada de decisão das ações governamentais. Os problemas sociais e econômicos de um Município, e Rolândia não foge à regra, são reflexos de um Sistema atrelado a fatores culturais e históricos, portanto, deve-se considerar a evolução do equilíbrio político, a distribuição das forças políticas dentro do território e das tradições culturais.

Sendo assim, o Município desenvolve ações em todos os segmentos contemplados na LOAS, porém alguns setores necessitam de implementações, outros de reestruturação e melhoria na qualidade dos serviços prestados. As Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação iniciaram o processo de parcerias dessas Políticas Públicas, trabalho este que faz-se de suma importância, considerando a interdisciplinariedade e transversalidade da Assistência Social com as demais Políticas existentes.

A nível de informação, na área da Saúde o Município possui 09 Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades, hospital de referência (SUS), hospital psiquiátrico (SUS), pronto atendimento 24 horas (municipal), 03 CAPS (AD, I e II



das Políticas Públicas de Saúde existentes.

No que refere-se à rede de ensino escolar, o Município atende sua demanda através de estabelecimentos municipais, estaduais e particulares.

No esporte e lazer, sua estrutura compreende em dois ginásios de esportes com quadra poliesportiva e um estádio que desde o início de 2021 está sendo reformado com recursos federais.

Os recursos culturais e turísticos ainda são atrativos, e os recursos ambientais favorecem o plantio e consequentemente o desenvolvimento da agricultura.

Para as crianças e adolescentes de risco pessoal e social são oferecidas atividades de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na faixa etária de 06 a 15 anos, no espaço do CRAS Regina Maura e em parceria com duas entidades (Unidade Social Nossa Senhora Aparecida e SOAME – esta sob trabalho voluntário).

Em 2005, a Secretaria Municipal de Assistência Social juntamente com a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, gerenciou a implantação do Programa Adolescente Aprendiz, onde foram atendidos 40 adolescentes de baixa renda. Atualmente a Entidade foi extinta devido a escassez de recursos financeiros. Por outro lado, continua sendo executado pelo CIEE Centro de Integração Empresa escola, Programa Gerar, Programa Semear e ACIR.

Sobre a geração de emprego e renda, o Município possui a Agência do Trabalhador (SINE), parte da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, responsável pelo cadastramento da população, encaminhamento ao trabalho, confecção do documento de Identidade Civil, e divulgação de cursos de qualificação profissional gratuitos oferecidos à comunidade.

No que diz respeito a espaços de discussão e deliberação, Rolândia conta hoje com seis Conselhos Municipais, a saber: Assistência Social, Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, Direitos da Pessoa Idosa, Direitos da Pessoa com Deficiência, Anti Drogas, Saúde, e está em vias de implantação do Conselho Municipal da Mulher.

A título de registro histórico, a Secretaria de assistência Social implantou, em 2012, a Central do CADÚNICO nas dependências do Órgão gestor, tendo como função o cadastramento e recadastramento dos beneficiários da Política em consonância com os trabalhos desenvolvidos nos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro Especializado da Assistência Social). Atualmente, o Cadastro Único é operacionalizado nos CRAS e no CREAS II (população em situação de rua), que contam com uma equipe de entrevistadores/cadastradores em cada serviço.

Cadastro Único

O Cadastro Único é um grande mapa das famílias de baixa renda no Brasil. Ele mostra ao governo quem essas famílias são, como elas vivem e do que elas precisam para melhorar suas vidas. Com o Cadastro Único, as famílias de baixa renda podem receber benefícios sociais, como: o Bolsa Família e desconto na conta de luz. Os benefícios variam de acordo com cada família cadastrada. As famílias que vivem com renda



mensal de até meio salário-mínimo por pessoa podem e devem ser registradas no Cadastro Único. (<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>)

Esse Cadastro consiste num importante instrumento de levantamento acerca da população socialmente vulnerável, auxiliando do planejamento de ações e elaboração de estratégias que contribuam para a superação dessa condição de vulnerabilidade e risco social.

Famílias cadastradas	10.155	Junho/23
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo	7.879	Junho/23
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 218,00 (critério de recebimento do Bolsa Família)	2.573	Junho/23

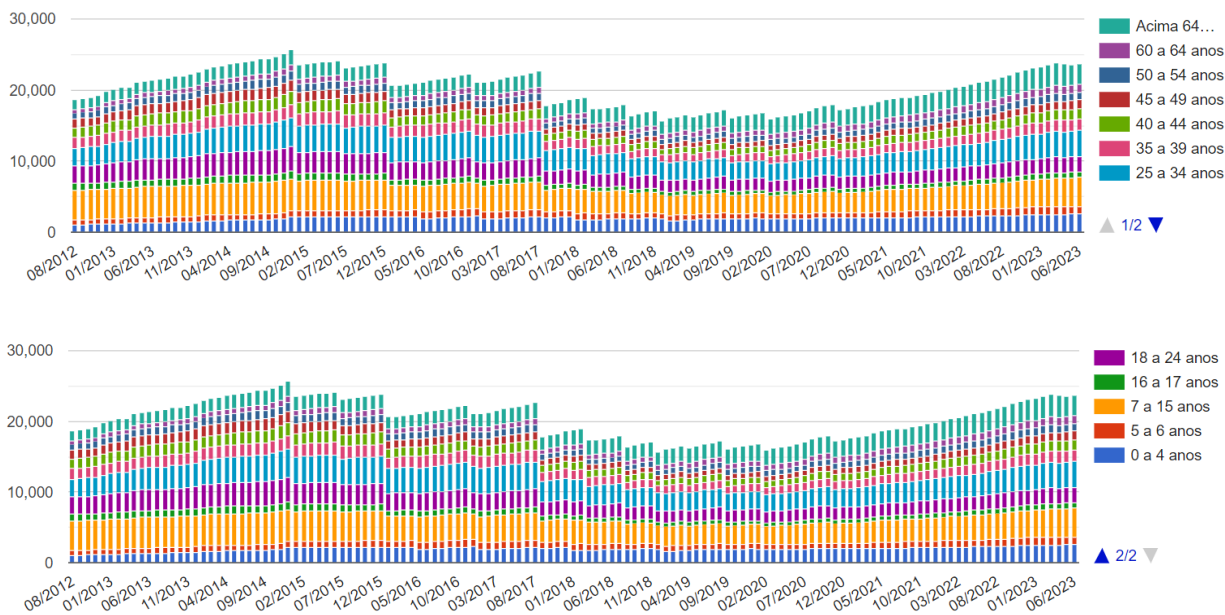
(Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=412240&aM=0>)

Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos

Indígenas	00	Junho/23
Ciganas	07	Junho/23
Quilombolas	00	Junho/23
Ribeirinhos	00	Junho/23
Extrativistas	00	Junho/23
Pescadores Artesanais	02	Junho/23
Agricultores Familiares	17	Junho/23
Assentados de reforma agrária	03	Junho/23
Acampados	01	Junho/23
Pessoas em situação de rua	95	Junho/23
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	00	Junho/23
Coletores de material reciclável	88	Junho/23
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	00	Junho/23
Famílias de presos do sistema carcerário	03	Junho/23
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	00	Junho/23

(Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=412240&aM=0>)

Abaixo os indicadores da faixa etária de pessoas cadastradas no Cadastro Único:



(<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/painel.html>)

O principal motivo para cadastramento no Cadastro Único é o Programa Bolsa Família (PBF). Trata-se de um programa de transferência de renda que beneficia famílias em vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou em Rolândia, no mês de Agosto de 2023 a quantia de 2.357 famílias (residentes no município).

O acompanhamento das condicionalidades de educação voltou a ser obrigatório desde o terceiro período de 2022, nos meses de junho e julho. Com a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, que institui o novo Bolsa Família, não haverá mais o acompanhamento na educação dos jovens de 18 a 21 anos. As demais faixas etárias e respectivas frequências mensais mínimas permanecem inalteradas. Em março de 2023, 3.014 beneficiários(as) de 4 a 18 anos incompletos de idade tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação. O município de ROLÂNDIA/PR conseguiu acompanhar 2.589 beneficiários(as) entre 4 e 18 anos incompletos de idade, o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 85,9% na educação. O resultado nacional de acompanhamento foi de 70,0%.

O acompanhamento das condicionalidades de saúde não foi suspenso durante a pandemia do Covid-19, mas o registro das informações foi fortemente impactado, uma vez que a coleta das informações permaneceu como não obrigatória da 1ª vigência de 2020 até à 1ª vigência de 2021. Desde a 2ª vigência de 2021, o Ministério da Saúde decidiu retomar a obrigatoriedade do registro do acompanhamento das condicionalidades de saúde e, por consequência, temos observado uma recuperação dos níveis de acompanhamento, mas ainda muito aquém dos níveis observados antes da pandemia.



Em junho de 2023, 5.264 beneficiários(as) tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde. Compõem o público para acompanhamento das condicionalidades de saúde as crianças menores de 7 anos e as mulheres.

O município de ROLÂNDIA/PR conseguiu acompanhar 4.690 beneficiários(as), o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 89,1% na saúde. O resultado nacional de acompanhamento foi de 78,2%. Assim, o município possui um acompanhamento da agenda de saúde muito bom. (Fonte: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>)

Atualmente as ações para enfrentamento das situações de vulnerabilidade, são planejadas. O gestor dessa Política e seu co-gestor, o Conselho Municipal de Assistência Social, entendem que as buscas para superação das questões sociais podem deparar-se com barreiras que dificultem a viabilidade de ações com resultados satisfatórios, inclusive, em termos de financiamento.

O financiamento da Política Pública de Assistência Social, foi possível devidos às transferências de recursos financeiros da União, enquanto condição necessária a sua efetividade, através da contrapartida municipal. Nesta contextualização o Município mostrou-se apto a operacionalizar recursos, criando um sistema organizacional na área da Assistência Social, formado pelo Órgão gestor da Política (Secretaria Municipal de Assistência Social) formação de um Conselho Municipal de Assistência Social e criação legal de um Fundo Municipal de Assistência Social.

Diante dessa estruturação, os investimentos disponibilizados pela União, devem ser aplicados na manutenção da Rede Sócio-Assistencial, conforme preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993) que propôs mudanças na forma e condução da Política Pública de Assistência Social. Assim, as diretrizes fixadas na LOAS, enquanto forma de organização desse Sistema de Assistência Social, ocorreu através da descentralização político-administrativo, representatividade da população e organização da sociedade civil que na realidade local constituem ainda um desafio para a consolidação da Assistência Social enquanto Política Pública no Município.

A Política Nacional de 2004 traz novos conceitos e um novo modelo de Gestão a ser seguido pelos Municípios direcionados para a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esta iniciativa, decididamente, traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003 e denota o compromisso do MDS/SNAS (Ministério do Desenvolvimento Social/ Secretaria Nacional de Assistência Social) e do CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Na perspectiva da integração das Políticas Setoriais, a nova Política objetiva o provimento dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios contribuindo para a efetiva equidade e inclusão dos usuários no acesso aos bens e serviços ao nível de territorialização em ações, que fortaleçam a centralidade na família e/ou a matricialidade familiar. Para tanto, temos os Eixos de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que trouxeram o reordenamento de todos os Serviços prestados pela Assistência Social, vislumbrados na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, através dos: CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centros de Referência Especializados da Assistência Social), além do CCI



(Centro de Convivência da Pessoa Idosa), que visam a prevenção de situações de risco e o fortalecimento dos vínculos familiares. Situações que exigem maior especificidade técnica em níveis de complexidade (média e alta) são encaminhadas aos CREAS.

Diante desta contextualização como mencionado anteriormente sobre a implantação do CRAS com recursos próprios na região periférica do Município, faz-se importante salientar que tal processo ocorreu como condição para que a Assistência Social atingisse o nível de Gestão Plena dos Serviços Socioassistenciais no ano de 2006. A partir deste processo, a Assistência Social passou a receber maiores incentivos financeiros co-financiados pelo Governo Federal, o que possibilitou a implementação dos Serviços nos CRAS e a implantação em 2008 do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, embora neste o co-financiamento também ocorreu com Recursos do FIA/Estadual para ações tipicamente voltadas à ações socioeducativas para o cumprimento das medidas em Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, sendo implementada em 2009, os Serviços de enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes (PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) .

Ainda em 2008, a Secretaria iniciou a elaboração do Plano de Inserção do BPC (Benefício de Prestação Continuada) que prevê, dentre outras ações, o acompanhamento e orientação às famílias beneficiárias, a descentralização do atendimento e o desenvolvimento de ações socioeducativas.

Assim, na perspectiva de expandir o processo de descentralização das ações afetas à Política, em 2008 a Secretaria elaborou um estudo preliminar de diagnóstico social na intenção de implantação de novos Centros de Referência da Assistência Social, cujo resultado indicou a necessidade de implantação do CRAS na região da Vila Oliveira, composta por 69 bairros. Tal constatação deve-se à utilização dos instrumentos de sistematização de dados: Relatório do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB), fornecido pela Secretaria de Saúde; CadÚnico; Informativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o Programa Bolsa-Família e o Relatório Consolidado dos Moradores do Município de Rolândia que recebem o BPC (Benefício de Prestação Continuada). Conforme avaliação técnica pode-se aferir que trata-se de uma localidade na qual necessita de uma Rede de Serviços Socioassistenciais capacitada para atender as demandas provenientes do próprio território e o desencadear de um trabalho de busca ativa para o cadastramento de famílias em condição de pobreza.

Assim, em outubro de 2010, a Secretaria Municipal de Assistência Social implantou um novo Centro de Referência da Assistência Social, localizado na Região da Vila Oliveira, cujo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, operacionalizado no Centro de Convivência do Idoso deve ser referenciado a esse CRAS em função do território.

Em 2010 a Secretaria também descentralizou a Proteção Social Básica para a Região Central que na ocasião realizou-se levantamento de 100 casos de focos de pobreza, porém trata-se de um Equipamento que necessita de implementações na sua estrutura física de profissionais, sendo mantido pelo Poder Público local.



Nestes Serviços disponibilizados na Proteção Social Básica consistem a operacionalização do PAIF (Programa de Atendimento Integral à Família) e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos).

Na proteção Social Especial, o Município conta com 02 CREAS, sendo um de atendimento a crianças e adolescentes, e outro a população adulta (itinerante, trecheiro, pessoa em situação de rua). A Rede não-governamental oferece casa de passagem masculina. Existe equipe própria de Abordagem Social e o CREAS adulto oferece atendimento daquilo que deve ser conduzido na sua totalidade. Tal suporte da equipe do CREAS ainda oferece atendimento que consiste em ações pontuais, tais como: orientações e fornecimento de vale-transporte, atualização/cadastramento no Cadastro Único e acesso a documentação pessoal por exemplo.

O Serviço de Acolhimento Institucional atende crianças e adolescentes, cujo histórico é identificado em situações de abandono por parte dos genitores, maus tratos, negligência e demais especificações enquadradas no Eixo de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. O público é atendido numa Instituição de permanência temporária que caracteriza ou segue o modelo de uma “residência”, composta por sala, quartos, banheiros, cozinha, lavanderia e quintal. O Serviço é municipal, e conta com equipe técnica mínima especializada de técnicos de nível superior e demais trabalhadores do SUAS: atendentes sociais atuando em escala conforme a demanda, motorista que acompanham a demanda diariamente por 24 horas ininterruptas. O Serviço oferece além de atendimento psicossocial, encaminhamentos à Rede de Serviços local, orientações, concessão de Benefícios Assistenciais, lazer, alimentação e demais ações correlatas. Possui o Plano de Reordenamento Institucional que descreve todo diagnóstico da situação do Abrigamento no município, suas principais causas, a interface com a gestão da Rede e a necessidade da implantação de novos Serviços de Acolhimento nas modalidades de Casa Lar e Família Acolhedora, cujo objetivo do Plano consiste em “oferecer acolhimento a criança e adolescente em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção afim de reestabelecer os vínculos familiares e/ou sociais, contribuindo para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos”.

Diante dessa contextualização, entende-se que a necessidade de renovação dos serviços no âmbito da Política Pública de Assistência Social é uma constante. No seu processo histórico até 2014, verifica-se avanços, conquistas, mas também retrocessos, dada sua complexidade pelo fato de pertencer “a coisa pública”. A construção da Política Nacional de Assistência trouxe seus rebatimentos, reflexos ao Distrito Federal, Estados e Municípios. Em Rolândia tal reflexo impulsionou a Política Pública de Assistência Social a tomar novos rumos, na tentativa de alterar, modificar aquilo que já não obedecia as normas vigentes. O ano de 2014 vislumbrou algumas mudanças, pois atualmente dispõe-se de equipamentos sociais (CRAS, CREAS) que trouxeram e contribuíram para o reordenamento dos Serviços afetos à área. Essas modificações impactaram positivamente no andamento das ações da Assistência Social, porém os resultados



na obtenção com o público demandatário continuam sendo um desafio. A questão da participação dos mesmos ainda encontra-se fragilizada. Os incentivos financeiros co-financiados pela esfera federal trouxeram melhorias para os espaços/estruturas físicas freqüentadas, porém faz-se ainda necessário melhores investimentos para despesas de capacidade nos CRAS e CREAS.

A visibilidade da Política Pública de Assistência Social, está em constante evolução no que tange a informação, conhecimento e execução da Política Pública. Onde há “política pública” deve haver direcionamento, opções de construção, planejamento, gestão, controle, que no caso ainda merecem ser repassadas na Assistência Social, dado o processo de como foram implantadas, entendidas e de que forma essa Política é construída e delimitada nos espaços de atendimento. Gerir Políticas Sociais focadas, extremadas não produz resultados satisfatórios. Portanto, a fim de análise, o Órgão Gestor reconhece como extrema necessidade o esforço de desenhar o novo modelo na lógica da concepção do planejamento e gestão, no sentido de fortalecer, potencializar, materializar a Proteção Social Básica e Especial, através de um trabalho contínuo, sistemático e participativo, envolvendo os vários atores desse processo (Conselhos, gestores, técnicos, Órgão gestor) para juntos caminharem rumo a consolidação da Política Pública de Assistência Social.

3.1 DIAGNÓSTICO SÓCIO TERRITORIAL – TERRITÓRIO CRAS PROFESSOR ARNALDO GARCIA

Essa região é formada por 69 bairros, a maior em extensão territorial. Fica situado à Rua Sagaragi, 515 – Vila Oliveira, e é popularmente conhecido como “CRAS da Vila”. Este CRAS referencia 5 mil famílias.

Essa região contém em sua abrangência o centro da cidade de Rolândia, onde se concentram a maioria do comércio e dos serviços disponíveis para a população, como o terminal rodoviário, SINE, ginásio de esportes e estádio de futebol, bancos, escritórios da Copel e Sanepar, espaços de cultura como o museu e o complexo de lazer onde é realizada a Oktoberfest, hospitais (geral e psiquiátrico) e plantão de saúde 24 h.

Faz parte da região um dos pólos industriais da cidade, localizado na entrada de Rolândia (sentido Londrina-Rolândia). Há um porto de transbordo de grãos localizado entre a BR 369 e a PR 323 (contorno norte), e a linha férrea passa pela região, com intenso fluxo de trens ao longo do dia, que atuam no transporte de cargas até o Porto de Paranaguá, praticamente atravessando o estado do Paraná.

Sobre a cobertura da rede sócio assistencial no território, existe o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos oferecido por uma instituição parceira, que atende crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos; no Programa Bolsa Família são 1035 famílias beneficiadas (agosto/23) no território; o número de famílias ativas cadastradas no CRAS para atendimento na Proteção Básica é de aproximadamente 2.720, e a média de concessão de cestas básicas é de 67 por mês (calculada de janeiro a junho/2023).

A rede de atendimento do território, governamental e não governamental, conta com escolas municipais, estaduais e particulares, unidades básicas de saúde, centros de educação infantil (municipais e filantrópicos), duas instituições de longa



permanência para idosos, casa abrigo municipal, rede de atendimento em saúde mental (três Caps e hospital psiquiátrico), hospital geral de referência do SUS e plantão municipal 24h, Centro de Convivência da Pessoa Idosa, casa de passagem masculina para pessoas em situação de rua, Conselho Tutelar, duas unidades do CREAS, APAE, grupo dos escoteiros, Rotary Clube, Associação Maçonaria, Casa de Missão, Igrejas, Associação Espírita, Lar Samuel, Capela mortuária, Ginásio de Esporte Emílio Gomes, Ginásio de Esportes da Vila Oliveira, campos de futebol e praças públicas, pista de skate, dentre outros.

Existe a necessidade de adequação do espaço do CRAS Arnaldo Garcia, direcionada a manutenção da estrutura já existente, bem como a reforma e/ou ampliação, ou ainda, a construção de novo espaço, adequado às necessidades concernentes a atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atividades coletivas do PAIF, espaço de aquisição de conhecimento (cursos, atividades voltadas ao aprendizado para geração de renda – em função da informalidade de trabalho principalmente das mulheres chefes de família), espaços para realização de oficinas (cidadania, motivação, grupos dirigidos).

3.2 DIAGNÓSTICO SÓCIO TERRITORIAL – TERRITÓRIO CRAS LUIZ PICININ

Essa região é formada por 15 bairros e dois distritos (Nossa Senhora Aparecida – Bartira, e São Martinho) . Fica situado à Rua Ivaí, s/nº – Jardim Nobre, e é popularmente conhecido como “CRAS do Nobre”. Este CRAS referencia 5 mil famílias.

Essa região contém em sua abrangência a parte rodeada pelo contorno Norte de Rolândia, que dá acesso à PR 170 (sentido Porecatu), e aos dois Distritos pertencentes ao município. Concentra algumas indústrias, como beneficiamento de couro, vidro, madeira, torrefação e embalagem de café, dentre outros.

Nessa localidade estão surgindo vários loteamentos que dão origem a novos bairros. Há nesse território três empreendimentos de habitação de interesse social do Programa Minha Casa Minha Vida, com os quais o município foi contemplado há dez anos, os conjuntos José Perazollo, Ernesto Franceschini e Tomie Nagatani.

Sobre a cobertura da rede sócio assistencial no território, existe o CRAS, com uma média de 1.480 famílias ativas cadastradas nos atendimentos da proteção básica (com benefícios eventuais por exemplo), e no Programa Bolsa Família são 614 famílias contempladas (agosto/23) no território; a média de concessão de cestas básicas é de 76 por mês (calculada de janeiro a junho/2023).

A rede de atendimento desse território conta com centros de educação infantil, unidades básicas de saúde, Central de Cursos (anexa ao CRAS), campo comunitário de futebol, dentre outros.

Esse território é que mais carece da rede pública de serviços, visto possuir apenas Centros de Educação Infantil e UBS. Não conta em sua abrangência urbana com escolas municipais ou colégios estaduais (apenas os distritos contam com duas escolas municipais e um colégio estadual), ou mesmo organizações da sociedade civil que possam realizar algum trabalho junto à comunidade. Apesar de



haver espaço adequado para atividades esportivas (O CRAS conta com quadra coberta) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, existe a dificuldade em formar grupos nesse sentido.

3.3. DIAGNÓSTICO SÓCIO TERRITORIAL – TERRITÓRIO CRAS REGINA MAURA DE OLIVEIRA

Essa região é formada por 34 bairros. Fica situado à Rua Francisco Ramos Pereira, s/nº, e é popularmente conhecido como “CRAS do San Fernando”. A este CRAS estão referenciadas 5 mil famílias.

Sua abrangência é a parcela mais ao sul da cidade de Rolândia, região em que se concentram as indústrias da área frigorífica (aves). O território é continuação da Av Presidente Vargas (que começa na entrada de Rolândia, sentido Londrina-Rolândia), na saída para Arapongas, e margeada pelo contorno SUL (BR 369).

Uma parte desse território tem por característica, inclusive de identificação da própria população nele residente, como “morro”, em alusão às primeiras habitações construídas de forma precária num terreno que servia como pista clandestina de pouso de aeronaves trazendo contrabando ao norte do Paraná, e, por concentrar o tráfico de drogas. Essa é a margem esquerda do território, uma região periférica. Nos últimos anos vem ocorrendo um fenômeno de migração (famílias nordestinas) e imigração (famílias venezuelanas e cubanas) para este território, sendo que essas pessoas chegam a Rolândia com o intuito de trabalhar e dessa forma, promovem mais dignidade aos seus.

Esse território é bem organizado dentro de suas particularidades, conta com comércio local, serviços da rede pública como escolas municipais e um colégio estadual, cemeis municipais e filantrópicos, associações beneficentes ligadas a sociedade civil (Casa da Sopa, SOAME, igrejas evangélicas e católicas, grupo de capoeira), capela mortuária e centro cultural comunitário recém construídos, unidades básicas de saúde, dentre outros.

O CRAS do território oferece à comunidade o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que atende uma média de 70 pessoas/mês, como crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos, população adulta e idosos, em oficinas de música e dança; no Programa Bolsa Família são 708 famílias beneficiadas (agosto/23) no território; o número de famílias ativas cadastradas no CRAS para atendimento na Proteção Básica é de aproximadamente 1.700, e a média de concessão de cestas básicas é de 85 por mês (calculada de janeiro a junho/2023).

Existe a necessidade de se manter a manutenção do espaço do CRAS Regina Maura, direcionada a preservar a estrutura já existente, bem como a reforma e/ou ampliação dos demais espaços, atendendo às necessidades direcionadas a atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atividades coletivas do PAIF, espaço de aquisição de conhecimento (cursos, atividades voltadas ao aprendizado para geração de renda – em função da informalidade de trabalho principalmente das mulheres chefes de família), espaços para realização de oficinas (cidadania, motivação, grupos dirigidos), oferecer atividades voltadas à iniciação e capacitação profissional no território.



4- Objetivo geral do Plano Municipal de Assistência Social

- Planejar diretrizes, estratégias, ações e metas para sua execução da Política Municipal de Assistência Social, norteadas pela Política Nacional e pelo SUAS, garantindo o atendimento das necessidades dos segmentos nos Eixos de Proteção Básica e Especial.

4.1- Objetivos específicos do Plano Municipal de Assistência

- Implementar o Sistema Único Municipal de Assistência Social, desencadeando a reestruturação de ações de base operacionais, visando seu aprimoramento.
- Construir um conjunto de indicadores que possibilitem a realização do Sistema de monitoramento e avaliação das ações realizadas;
- Contribuir para o processo de qualificação profissional dos trabalhadores do Suas, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social com vistas a implantação do plano de Capacitação e educação permanente do Suas;
- Estabelecer a articulação entre as Políticas Públicas na intersetorialidade com a Assistência Social em Mesas de Gestão do Trabalho;
- Realizar a extensão do trabalho de Proteção Social Básica na obtenção do acesso à população rural e dos Distritos.
- Implementar os Serviços de PSB e PSE na condição das ações voltadas ao público atendido, visando a melhoria dos Serviços prestados;
- Atualizar o mapeamento da Rede Socioassistencial governamental e não-governamental, integrando Programas, Projetos e Serviços na perspectiva de prevenção, inclusão e promoção social.



5. Diretrizes e prioridades deliberadas

N.º	Diretriz definida por: (Conferência A.S, outras Conferências, Conselho, PPA, Pacto de Aprimoramento, etc.)	Ano da Deliberaçã o	Deliberação:	Observações
GESTÃO				
01	PPA Municipal; Conferência Municipal de Assistência Social	2022	<ul style="list-style-type: none">• Implementação do SUAS municipal;• Implantação do Programa de transferência de renda municipal (cartão alimentação);• Criação do Sistema informatizado em Rede que possibilite a unificação de dados coletados durante os atendimentos da população demandatária da Assistência Social, visando melhor acompanhamento e articulação da Rede Socioassistencial;• Ampliação do quadro de servidores da Assistência Social;• Implantação do Setor de Vigilância Social;• Implantação da Central de Cursos Socioeducativos para a população em situação de vulnerabilidade social.	
02	PPA Municipal;	2023	<ul style="list-style-type: none">• Capacitação continuada para os servidores lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social;• Implantação do Programa: Mulher Segura (concessão de absorventes).	



Prefeitura de Rolândia

Município de Rolândia – Estado do Paraná
CNPJ nº 76.288.760/0001-08
Av. Presidente Bernardes, 809, centro, Rolândia/PR, CEP 86.600-067
Fone: (43) 3255-8627

03	PPA Municipal	2024	<ul style="list-style-type: none">• Implantação do Setor de Vigilância Social, visando o constante aprimoramento do Diagnóstico Socioterritorial, através da busca-ativa, coleta de dados.	
04	PPA Municipal	2025	<ul style="list-style-type: none">• Implementação do Setor de Ouvidoria da Secretaria Municipal de Assistência Social	

CONTROLE SOCIAL				Observações
01	PPA Municipal	2022	<ul style="list-style-type: none">• Retomada da elaboração do Plano de Ação interno dos Conselhos gestores vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social;• Retomada do estabelecimento dos critérios de partilha do financiamento do Fundo Municipal de Assistência Social relativo às Subvenções Sociais;• Realização de capacitação continuada sobre as atribuições dos conselheiros municipais dos Conselhos vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social;• Instituição do Fundo Municipal à Pessoa Idosa;• Realização de capacitação sobre Orçamento e Financiamento na área da Assistência Social;• Construção da nova Sede do Conselho Tutelar.	
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				



01	PPA Municipal; Conferência Municipal de Assistência Social	2022	<ul style="list-style-type: none">Fortalecimento da parceria da Secretaria Municipal de Assistência Social e Política do Trabalho e Renda com vistas à estruturação de ações que possibilitem o acesso ao Emprego e Renda da população demandatária da Assistência Social.	
02	PPA Municipal	2022	<ul style="list-style-type: none">Implantação do Cras Itinerante;Inclusão de ações continuadas que garantam benefícios eventuais para Situações de Emergência e Calamidade Pública;Aprimoramento do Plano de Inserção e Acompanhamento do BPC;Reestruturação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos.	
03	PPA Municipal	2023	<ul style="list-style-type: none">Implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para criança e adolescente de 06 à 15 anos de idade e 15 à 17 anos de idade, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.	
04	PPA Municipal	2024	<ul style="list-style-type: none">Realização de estudos, visando a implantação do serviço de Proteção Social Básica no domicílio para PCD e Idoso	
	PPA Municipal	2022	<ul style="list-style-type: none">Oferta de Oficinas Sócioeducativas nos CRAS para famílias em situação de vulnerabilidade.	
05	Pacto de aprimoramento	2025	<ul style="list-style-type: none">Fortalecimento das ações e implementação de novas oficinas.	



Prefeitura de Rolândia

Município de Rolândia – Estado do Paraná
CNPJ nº 76.288.760/0001-08
Av. Presidente Bernardes, 809, centro, Rolândia/PR, CEP 86.600-067
Fone: (43) 3255-8627



PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

01	PPA Municipal	2022	<ul style="list-style-type: none">Realização de trabalho de sensibilização na questão da mulher vitimizada, através de palestras e ações preventivas; Fortalecimento do trabalho desenvolvido com a população idosa vítima de maus tratos.	
02	PPA Municipal	2023	<ul style="list-style-type: none">Ampliação e reestruturação da estrutura física do Programa Casa Abrigo, visando a melhoria no atendimento;	
	PPA Municipal	2024	<ul style="list-style-type: none">Construção da estrutura física do CREAS.	
03	PPA Municipal	2022	<ul style="list-style-type: none">Revitalização espaço físico para atendimento dos usuarios CREAS II	
04	PPA Municipal	2022	<ul style="list-style-type: none">Contratação de prestador de serviços para capacitação permanente as mulheres vitimas de violência.	
05	PPA Municipal	2024	<ul style="list-style-type: none">Implantação de serviço acolhimento institucional para pessoa idosa municipal	
06	PPA Municipal	2023	<ul style="list-style-type: none">Oferta de oficinas para capacitação para pessoas em situação de rua.	
	PPA Municipal	2023	<ul style="list-style-type: none">Capacitação permanente para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e seus familiares.	



6- Ações e estratégias correspondentes para implementação:
6.1 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

	Estratégias	Metas	Resultados	Impactos Esperados
Promover o fortalecimento dos vínculos familiares, proporcionando-lhes o acesso aos direitos legalmente preconizados, contribuindo para a melhoria na sua qualidade de vida das famílias.	Fornecimento de Benefícios e o desenvolvimento de suas potencialidades através da oferta de cursos e oficinas. Implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – S.C.F.V	4.000	Diminuição do índice de famílias em situação de extrema pobreza.	Melhoria das condições de vida das famílias atendidas.
Possibilitar ações de caráter preventivo, protetivo e pro-ativo.	Realizar ações de conscientização sobre a importância dos Deveres e Direitos do Cidadão através do trabalho contínuo de orientação individual e grupal, atendimento domiciliar e curso de Geração de renda e	8.000	Emancipação enquanto sujeito e protagonista social.	Melhoria na renda familiar. E inserção de jovens, adolescentes e mulheres chefes de família no Mercado de trabalho.



	S.C.F.V – Idoso e Criança e Adolescente.			
Desenvolvimento de ações oriundas do trabalho na área cultural, propiciando às famílias a ampliação de novos conhecimentos na intenção de impactar positivamente no aspecto motivacional.	Ofertar momentos que proporcionem ao usuário a obtenção do conhecimento acerca de temas diversificados através da parceria com as demais Políticas Setoriais. Ex: cinema popular, teatro, exposições culturais, entre outros.	4.000	Formar cidadãos críticos e cientes de seus direitos, bem como contribuir para a obtenção de novos conhecimentos.	Mudanças na perspectiva de futuro com vistas a interrupção da pobreza intergeracional.
Intensificar as ações do PAIF, com vistas a desenvolver o trabalho de apoio sociofamiliar.	Promover capacitação continuada da equipe para trabalho com famílias no PAIF.	1.000	Implementação das ações do PAIF e melhoria das condições de trabalho das equipes de referência.	Fortalecimento dos vínculos familiares e mudanças substanciais na perspectiva e realidade das famílias assistidas.



Desenvolver o trabalho da psicologia social nos serviços dos CRAS e S.C.F.V na tentativa de fortalecer a cultura do diálogo e trabalho com famílias. Aniquilando com as diversas formas de violência , preconceito e estigmatização nas relações familiares de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais	Contratação através de concurso public, PSS ou outras formas lícitas de profissionais da psicologia e promover a capacitação continuada da dupla piscossocial.	10 técnicos	Atuação do profissional junto às famílias de forma continua.	Melhoria da qualidade de vida e saúde emocional das famílias atendidas.
Implantação da modalidade Benefício Eventual do cupom alimentação.	Repasse de subsídio financeiro não monetário como forma de acesso e autonomia aos direitos básicos.	10.000	Superação da condição de vulnerabilidade social.	Ampliação do acesso aos Serviços ofertados.
Desencadear o trabalho intersetorial de Rede.	Realizar reuniões técnicas periódicas para identificar as principais problemáticas.	16	Melhorias no atendimento aos usuários da Assistência Social e demais Políticas.	Fortalecimento da Rede de atendimento e consequentemente melhora do trabalho com famílias.
Realizar ações intergeracionais.	Promover espaços de trocas de experiências, a fim de que o usuário reconheça suas potencialidades.	800	Reconhecimento de aspectos que possam despertar sentimentos de respeito e valorização humana.	Melhoria na convivência e relacionamento interpessoal.



Assegurar o espaço de convívio familiar e comunitário.	Incentivar a participação comunitária e o Protagonismo das famílias e seus indivíduos, através de eventos em data comemorativas ou ocasiões que se façam necessárias.	800	Despertar, fortalecer e incentivar famílias e seus componentes a participar da vida social e comunitária, com vistas a reforço de vínculos, saúde emocional, social e física de seus membros.	Ampliação do conhecimento e capacitação dos usuários para a vida social.
--	---	-----	---	--

6.2 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Ação	Estratégias	Metas	Resultados	Impactos Esperados
Manter as ações de PAEFI, orientando e acompanhando as famílias cujos membros estejam em situação de ameaça ou violação de direitos.	Busca ativa.	360	Diminuição do índice de violência.	Melhorias nas condições de vida nos vários aspectos.
Estabelecer troca de informações para o fortalecimento da referência e contra- referência nos Serviços de Proteção Social Básica e Especial.	Reuniões periódicas para articulação com as ações dos demais Serviços socioassistenciais qualificando os encaminhamentos e intervenções técnicas.	2.000	Melhoria na articulação com a Rede.	Melhor compreensão da Rede sobre as problemáticas sociais.



Propiciar o trabalho de acolhida, escuta qualificada essenciais ao cotidiano do trabalho desenvolvido.	Manutenção da participação do usuário.	500		Melhoria na convivência familiar e interpessoal.
Realização de Estudo Social, pareceres e diagnóstico socioeconômico.	Atualização de Dados, apropriação e aproximação da demanda atendida.	500	Organização de Dados quantitativos.	Reconhecimento fidedigno dos Dados Sociais.
Construção do Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento.	Busca-ativa	220	Aproximação dos sujeitos.	Melhoria na condição de vida
Reordenamento Institucional dos Abrigos.	Adesão ao Serviço.	64	Qualificação dos Serviços.	
Implantação do Serviço de Abordagem Social e de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua.	Reuniões periódicas envolvendo os vários segmentos sociais, afim a discussão sobre a necessidade de organizar tal Serviço no município.	65	Contribuir para a organização da Rede de Serviços do fluxo de atendimento envolvendo Políticas Públicas afins.	Diminuir incidências de pessoas em situação de rua.

6.3- GESTÃO DO SUAS

Ação	Estratégias	Metas	Resultados	Impactos Esperados
Organizar a gestão de planejamento do SUAS.	Ampliação da capacidade de gestão	16	Qualificação dos Serviços.	Atendimento a população demandatária.



	em RH.			
Reordenar a estrutura organizacional nas devidas competências técnicas.	Regularizar e regulamentar o Organograma da Secretaria Municipal de Assistência Social.	04	Competência técnica.	Qualificação dos Serviços.

6.4- CONTROLE SOCIAL

Ação	Estratégias	Metas	Resultados	Impactos Esperados
Elaboração do Plano de Monitoramento e Avaliação.	Reuniões periódicas de Comissão.	04	Acompanhamento e fiscalização.	Relevância do trabalho desenvolvido para reconhecimento financeiro.

6.5- BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Ação	Estratégias	Metas	Resultados	Impactos Esperados
Regulamentação do cartão-alimentação	Reuniões periódicas.	400	Prover os direitos sociais.	Autonomia social e acesso
Manter o atendimento dos auxílios.	Reuniões.	800	Atendimentos.	Auxílio nas situações emergenciais.



7- Indicadores de Monitoramento e Avaliação

De acordo com o Plano de Monitoramento e Avaliação para o controle/acompanhamento levantam-se os principais indicadores:

- Atingir 50% de famílias cadastradas no CADÚNICO;
- Aumentar para 80% a cobertura de famílias que necessitam dos benefícios eventuais, na forma de cartão alimentação;
- Atingir 30% das famílias em superação da pobreza;
- Atender 80% das famílias oriundas do Setor Rural
- Materializar o alcance de metas através do planejamento técnico/estratégico;
- Incentivo constante ao trabalho intersetorial de rede, atingindo 70% das Redes conveniadas;
- Implantação da NOB/RH;
- Atingir taxa de acompanhamento do PAIF das famílias cadastradas no CADÚNICO no índice de 10%, de acordo com o pacto de aprimoramento da gestão;
- Atingir 100% das pessoas que recebem o BPC;
- Cadastrar as famílias do BPC no CADÚNICO.



Prefeitura de Rolândia

Município de Rolândia – Estado do Paraná

CNPJ nº 76.288.760/0001-08

Av. Presidente Bernardes, 809, centro, Rolândia/PR, CEP 86.600-067

Fone: (43) 3255-8627

8- Recursos financeiros disponíveis e necessários

	União R\$ 2022	União R\$ 2023	União R\$ 2024	União R\$ 2025	Estado R\$ 2022	Estado R\$ 2023	Estado R\$ 2024	Estado R\$ 2025
Proteção Social Básica	537.000,00	279.300,00	279.300,00	279.300,00	80.000,00	0	0	0
Proteção Social Especial	548.000,00	379.200,00	379.200,00	379.200,00	237.000,00	237.000,00	237.000,00	237.000,00
Gestão do SUAS	144.600,00	144.600,00	144.600,00	144.600,00	0	0	0	0
Controle Social	4.500,00	4.800,00	5.000,00	5.500,00	0	0	0	0
Benefícios Eventuais	0	0	0	0	50.000,00	0	0	0



Prefeitura de Rolândia

Município de Rolândia – Estado do Paraná

CNPJ nº 76.288.760/0001-08

Av. Presidente Bernardes, 809, centro, Rolândia/PR, CEP 86.600-067

Fone: (43) 3255-8627

	MUNICÍPIO 2022		MUNICÍPIO 2023		MUNICÍPIO 2024		MUNICÍPIO 2025	
	FMAS	Outros	FMAS	Outros	FMAS	Outros	FMAS	Outros
Proteção Social Básica	352.200,00	100.000,00	388.000,00	40.000,00	427.000,00	40.000,00	470.000,00	40.000,00
Proteção Social Especial	256.200,00	30.000,00	280.000,00	40.000,00	308.000,00	40.000,00	338.000,00	40.000,00
Benefícios Eventuais	213.000,00	0	243.300,00	0	257.000,00	0	282.700,00	0

8-TOTAIS:

Proteção Social Básica	R\$2.968.800,00
Proteção Social Especial	R\$ 3.964.600,00
Gestão do SUAS	R\$ 478.400,00
Controle Social	R\$ 19.800,00
Benefícios Eventuais	R\$ 1.046.000,00